

POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES ARTICULADA À REALIDADE LOCAL:

caso do Residencial Vista Bela (Londrina-Pr)

EIXO TEMÁTICO 2: Processos de Produção do Espaço Urbano

FAVARETO, Júlia Salomão dos Santos

Doutoranda; Universidade do Oeste Paulista

e-mail: ju.salo79@gmail.com

OLIVEIRA, Daniela Vanessa Moris de

Prof.^a Dra.; Universidade do Oeste Paulista

e-mail: danimoris@unoeste.br

BATISTA, Maryana Vianna

Bacharelado; Universidade do Oeste Paulista

e-mail: maryana_vianna@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa o papel das políticas públicas de gênero na produção do ambiente construído, tomando como objeto de estudo o Conjunto Habitacional Residencial Vista Bela (Londrina-PR), inserido no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Por meio de uma abordagem analítico-documental ancorada no cruzamento de dados secundários e literatura crítica correlata, argumenta-se que o planejamento territorial do empreendimento negligencia as dinâmicas cotidianas das mulheres moradoras chefes de família, grupo majoritário dos beneficiários. A implantação periférica e o zoneamento monofuncional acentuam a segregação socioespacial, restringindo o acesso a serviços básicos e equipamentos comunitários, o que resulta na reprodução e no agravamento dos papéis tradicionais de gênero e das vulnerabilidades socioeconômicas. Como contraproposta teórico-conceitual embasada na realidade local diagnosticada, o artigo apresenta as diretrizes de uma política pública setorial centralizada no desenvolvimento de um equipamento urbano multifuncional, o "Centro Mães e Filhos", voltado a otimizar as dinâmicas de reprodução social e a subsidiar a autonomia feminina no espaço urbano. Conclui-se que a superação da vulnerabilidade e a promoção da justiça social na habitação de interesse social dependem da superação do planejamento funcionalista e da incorporação de infraestruturas públicas de suporte à jornada de cuidado na escala da vida cotidiana.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Gênero; Segregação Socioespacial; Habitação de Interesse Social; Mulheres Chefes de Família; Residencial Vista Bela.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article analyzes the role of gender public policies in the production of the built environment, taking the Residencial Vista Bela Housing Complex (Londrina, Paraná, Brazil), developed under the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), as its case study. Through an analytical-documentary approach based on the cross-analysis of secondary data and relevant critical literature, it argues that the project's territorial planning overlooks the everyday dynamics of female-headed households, who constitute the majority of its beneficiaries. The peripheral location and monofunctional zoning intensify socio-spatial segregation by restricting access to basic public services and community facilities, thereby reproducing and exacerbating traditional gender roles and socioeconomic vulnerabilities. As a theoretical-conceptual counterproposal grounded in the diagnosed local reality, the article presents the guidelines for a sectoral public policy centered on the development of a multifunctional urban facility, the "Mothers and Children Center," designed to optimize the dynamics of social reproduction and foster women's autonomy within urban spaces. The study concludes that overcoming vulnerability and promoting social justice in social housing depend on moving beyond functionalist planning and incorporating public infrastructures that support care work within the scale of everyday life.

Key-words: Public Policies of Gender; Socio-Spatial Segregation; Social Housing; Female Head of Household; Residencial Vista Bela.

RESUMEN

El presente artículo analiza el papel de las políticas públicas de género en la producción del entorno construido, tomando como objeto de estudio el Conjunto Habitacional Residencial Vista Bela (Londrina, Paraná, Brasil), desarrollado en el marco del Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Mediante un enfoque analítico-documental basado en el cruce de datos secundarios y literatura crítica especializada, se sostiene que la planificación territorial del emprendimiento desatiende las dinámicas cotidianas de las mujeres jefas de hogar residentes, quienes constituyen el grupo mayoritario de las personas beneficiarias. La localización periférica y la zonificación monofuncional intensifican la segregación socioespacial al restringir el acceso a servicios básicos y equipamientos comunitarios, lo que conduce a la reproducción y al agravamiento de los roles tradicionales de género y de las vulnerabilidades socioeconómicas. Como contrapropuesta teórico-conceptual fundamentada en la realidad local diagnosticada, el artículo presenta las directrices de una política pública sectorial centrada en el desarrollo de un equipamiento urbano multifuncional, el "Centro Madres e Hijos", orientado a optimizar las dinámicas de reproducción social y fortalecer la autonomía de las mujeres en el espacio urbano. Se concluye que la superación de la vulnerabilidad y la promoción de la justicia social en la vivienda de interés social dependen de la superación de la planificación funcionalista y de la incorporación de infraestructuras públicas de apoyo a las tareas de cuidado en la escala de la vida cotidiana.

Palabras clave: Políticas Públicas de Género; Segregación Socioespacial; Vivienda de Interés Social; Mujer Jefa de Hogar; Residencial Vista Bela.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os debates acerca das desigualdades de gênero na produção e na apropriação do espaço urbano ganharam relevância nas agendas acadêmicas e no planejamento territorial. A inserção dessa vertente crítica busca mitigar desigualdades estruturais vivenciadas pelas mulheres por meio do desenho de políticas públicas que reconheçam a indissociabilidade entre as esferas produtiva e reprodutiva. No âmbito das Habitações de Interesse Social (HIS) no Brasil, essa discussão torna-se imperativa diante do descompasso entre as conquistas institucionais de direito à moradia e a materialização segregada do ambiente construído.

O presente artigo toma como objeto de estudo o Residencial Vista Bela, localizado na extrema periferia noroeste do município de Londrina (PR). Inaugurado em 2011 sob a égide da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o empreendimento expressa uma contradição recorrente da política habitacional brasileira: ao mesmo tempo em que prioriza legalmente as mulheres como titulares dos imóveis, implementa complexos de grande escala desprovidos de infraestrutura urbana básica e inseridos em tecidos urbanos fragmentados, resultando em uma homogeneização espacial de usos que inviabiliza as logísticas cotidianas de cuidado.

Isto lança luz sobre a importância desta investigação, visto que, embora a literatura critique amplamente a periferização do PMCMV, há uma lacuna na proposição de saídas projetuais e de políticas setoriais integradas com recorte de gênero que atuem diretamente na escala da vida cotidiana dessas comunidades periféricas.

Diante deste cenário, surge a problemática central que norteará esta pesquisa: como as políticas públicas de gênero podem ser articuladas à realidade local para mitigar a vulnerabilidade social e a segregação socioespacial das mulheres chefes de família moradoras do Residencial Vista Bela?

É fundamental compreender as assimetrias geradas pelo planejamento urbano funcionalista para avançar em nossa compreensão de cidades mais justas. A justificativa para a realização deste estudo repousa, portanto, na necessidade de superar a mera transferência patrimonial de teto (titularidade), demonstrando que a moradia digna depende da oferta de infraestrutura de suporte social. O resultado desta pesquisa poderá subsidiar gestões municipais no desenho de

PENSAR FORA DO EIXO

equipamentos públicos multifuncionais de proximidade.

Como ponto de partida, formulamos a seguinte premissa: o planejamento territorial urbano e o desenho do ambiente construído, quando orientados por um recorte transversal de gênero, funcionam como suporte material capaz de redistribuir o ônus reprodutivo, aliviando a dupla jornada de trabalho e promovendo a autonomia feminina.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo principal propor as diretrizes conceituais para a criação de uma política pública de gênero de articulação local para as mulheres moradoras do Residencial Vista Bela.

Para atingir esse objetivo, foram pretendidos os seguintes objetivos específicos: a) contextualizar a evolução histórica das políticas para mulheres no Brasil; b) problematizar o impacto da segregação urbana na rotina reprodutiva das moradoras do Vista Bela; e c) estruturar as ações e mecanismos de operacionalização do equipamento multifuncional denominado Centro Integrado "Mães e Filhos".

A metodologia adotada nesta pesquisa envolve uma abordagem de cunho analítico-documental e bibliográfico, baseando-se no cruzamento de dados secundários normativos (legislações habitacionais) e nos achados empíricos de pesquisas anteriores de campo aplicadas ao conjunto habitacional (notadamente Vicentim & Kanashiro, 2016; Bernardes & Antonello, 2019; Brambilla & Pierobon, 2015). Esta abordagem foi selecionada devido à sua capacidade de extrair diagnósticos sociais latentes, fornecendo base empírica sólida para a estruturação de diretrizes projetuais aderentes à realidade local.

O estudo organiza-se em seções subsequentes. Inicialmente, constrói-se um panorama histórico e teórico das políticas públicas direcionadas às mulheres no Brasil. Em seguida, analisa-se criticamente o instituto da titularidade feminina no PMCMV. Na seção subsequente, contextualiza-se a inserção socioespacial do Residencial Vista Bela e as dinâmicas cotidianas de suas moradoras à luz da divisão sexual do trabalho. Por fim, apresenta-se a estruturação, as diretrizes de ação e os mecanismos de operacionalização da política pública proposta, seguidos pelas Considerações Finais.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 Políticas públicas voltadas para as mulheres: uma retrospectiva crítica

A estruturação histórica do Estado e da cultura política brasileira encontra-se historicamente alinhada a matrizes patriarcais e androcêntricas que delimitam rigidamente a ordem social. Sob essa ótica tradicional, a esfera pública — associada à política e à produção econômica — é validada como domínio predominantemente masculino, relegando a esfera privada e doméstica às mulheres. Romper com esse binarismo pressupõe a formulação de políticas públicas com recorte transversal de gênero, as quais, ao reconhecerem as assimetrias socioespaciais, implementem ações diferenciadas para promover a equidade (Oliveira, 2017).

Do ponto de vista epistemológico, impõe-se a distinção entre políticas públicas de gênero e políticas públicas voltadas para as mulheres. Conforme postula Oliveira (2017), as primeiras voltam-se à transformação estrutural e cultural das relações de poder entre os sexos, alterando a própria matriz institucional do Estado. As segundas, por sua vez, concentram-se no atendimento de demandas materiais imediatas e setoriais decorrentes da exclusão estrutural a que o contingente feminino é submetido no cotidiano.

A emergência dessas demandas na agenda governamental brasileira remonta à década de 1970. Impulsionados pelos movimentos feministas articulados no bojo da resistência à ditadura militar e em prol da redemocratização, os debates sobre os direitos civis e sociais das mulheres tensionaram o monopólio estatal, questionando a aparente neutralidade das políticas públicas. Conforme sistematizado por Farah (2004), o amadurecimento institucional dessas lutas frutificou na década de 1980 com a criação dos primeiros órgãos e programas com recortes específicos, conforme sumarizado no Quadro 1.

Quadro 1. Avanços institucionais na implantação de políticas para mulheres (Década de 1980).

Ano	Órgão / Mecanismo Institucional	Escopo de Atuação
1983	Conselho Estadual da Condição Feminina (SP)	Pioneirismo na institucionalização das demandas femininas no Executivo.
1983	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)	Ruptura com a visão estritamente materno-infantil na saúde pública.

PENSAR FORA DO EIXO

1985	1ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (SP)	Especialização do aparelho de segurança no combate à violência doméstica.
1985	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)	Articulação de políticas de gênero em nível federal (Ministério da Justiça).
1988	Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes	Pressão institucional para a garantia de igualdade jurídica na Constituição.

Fonte: Adaptado de Farah (2004, p.51).

Durante a década de 1990, o associativismo feminista tendeu à profissionalização por meio da conformação de Organizações Não Governamentais (ONGs), a exemplo do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Esse período foi marcado pela consolidação internacional de diretrizes de gênero, especialmente a partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim (1995), que consagrou o conceito de *gender mainstreaming* (transversalidade de gênero). Paralelamente, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil de 1996 expôs o fenômeno da "feminização da pobreza", evidenciando a aguda vulnerabilidade socioeconômica de núcleos familiares chefiados exclusivamente por mulheres em contextos de disparidade salarial e precarização laboral.

Esse acúmulo histórico subsidiou a estruturação de uma agenda pública federal robusta entre os anos de 2003 e 2016, correspondente às gestões presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) conferiu status ministerial à pasta, viabilizando a formulação e execução progressiva dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Cronologia de avanços e planos nacionais (2003-2016).

Período Governamental	Ano	Marco Legal e Institucional	Impacto Estrutural
Gestões Lula (2003-2010)	2003	Criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres	Centralização e status de ministério para a formulação de diretrizes de gênero.
	2004	I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Mobilização social e pactuação de demandas com a sociedade civil.

PENSAR FORA DO EIXO

	2005	I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)	Institucionalização de metas para autonomia econômica e social feminina.
	2006	Sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06)	Inovação jurídica no enfrentamento à violência doméstica e familiar.
	2007	II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Consolidação das diretrizes e ampliação da capilaridade federativa.
	2008	II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	Ampliação do escopo, incluindo a perspectiva urbana e territorial.
Gestões Dilma (2011-2016)	2011	III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Foco na superação da pobreza extrema e na autonomia produtiva.
	2013	III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	Aprofundamento das ações intersetoriais e inserção transversal na HIS.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2017, p.49-50).

O encerramento desse ciclo político a partir de 2016 desencadeou um processo de retrocesso institucional, caracterizado pelo desmonte progressivo e perda de autonomia financeira e administrativa das instâncias dedicadas às políticas de gênero (Oliveira, 2017), impactando diretamente a perenidade de programas intersetoriais de inclusão socioespacial.

1.2 A dimensão de gênero na política habitacional: A titularidade feminina no PMCMV

O amadurecimento dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres viabilizou a inserção transversal do recorte de gênero em agendas setoriais tradicionais do Estado, entre as quais se destaca a política habitacional. A premissa subjacente reside no reconhecimento de que o espaço residencial e o acesso à propriedade imobiliária constituem eixos determinantes para a autonomia econômica, segurança social e mitigação de vulnerabilidades domésticas (Campos, 2019).

Do ponto de vista normativo, a preferência pela concessão da titularidade de imóveis de interesse social a mulheres já estava delineada no escopo da Lei nº 11.124 de 2005, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Todavia, foi com a promulgação da

PENSAR FORA DO EIXO

Lei nº 11.977 de 2009, regulamentadora do Programa Minha Casa Minha Vida, que o mecanismo ganhou força imperativa. O artigo 35 da referida legislação estipulou que os contratos e registros de propriedade efetivados no âmbito do programa deveriam ser formalizados prioritariamente em nome da mulher, prescindindo da outorga do cônjuge em casos de separação ou dissolução de união estável na Faixa 1.

Essa diretriz jurídica é amplamente avaliada pela literatura crítica como um avanço substancial na desconcentração patrimonial e no combate à feminização da pobreza (Campos, 2019). O direito de propriedade mitiga o risco de desalojo em contextos de violência doméstica, além de cancelar o papel das mulheres como gestoras do patrimônio familiar.

Contudo, analistas do planejamento urbano alertam para os limites dessa inclusão estritamente jurídica. Conforme adverte Campos (2019), a garantia legal da titularidade do lote ou da unidade habitacional esvazia-se substancialmente se o Estado falhar em assegurar as condições urbanísticas circundantes. A carência de infraestrutura básica, a ausência de equipamentos de assistência social e a deficiência nos sistemas de transporte coletivo impõem às mulheres barreiras de mobilidade que comprometem sua inserção no mercado produtivo, convertendo a moradia em um vetor de confinamento doméstico e sobrecarga da dupla ou tripla jornada de trabalho.

1.3 Inserção territorial e produção do espaço: o caso do Residencial Vista Bela

Para compreender a materialização dessas contradições no espaço urbano concreto, adota-se como estudo de caso o Conjunto Habitacional Residencial Vista Bela, localizado no município de Londrina (PR). Inaugurado em etapas entre os anos de 2011 e 2012, o empreendimento representou um dos maiores complexos habitacionais unificados do PMCMV no país, congregando 2.712 unidades habitacionais voltadas a uma população estimada em 12.000 habitantes (Vicentim & Kanashiro, 2016).

A configuração espacial do Vista Bela distribui-se em 30 quadras, estruturando-se a partir de tipologias habitacionais híbridas: 1.206 casas geminadas térreas, 66 unidades universais adaptadas locadas em esquinas (destinadas a idosos e pessoas com deficiência) e 1.440 apartamentos distribuídos em condomínios verticais de quatro pavimentos (Vicentim & Kanashiro,

PENSAR FORA DO EIXO

2016). Do ponto de vista demográfico e social, o conjunto foi majoritariamente ocupado por famílias de baixa renda (faixa de até três salários mínimos) oriundas de reassentamentos forçados e erradicação de ocupações irregulares de diversas regiões da cidade, fator que pulverizou redes preexistentes de vizinhança e solidariedade comunitária.

A inserção geográfica do empreendimento reproduz a lógica macroeconômica segregadora descrita por Amore, Shimbo e Rufino (2015) para os projetos da Faixa 1 do PMCMV. Localizado no extremo noroeste de Londrina, o Vista Bela dista aproximadamente 8,5 km do núcleo central consolidado da cidade. Essa implantação periférica radical justifica-se, sob a ótica dos promotores imobiliários e do poder público local, pelo menor custo da terra urbana (*land value*), o que maximiza o lucro das empreiteiras dentro dos estreitos tetos de subsídio público por unidade habitacional.

Essa opção de localização resulta em uma desconexão física severa em relação à malha urbana contínua, acarretando sérias implicações para a mobilidade e o cotidiano dos moradores. A análise documental e bibliográfica do caso revela que o tecido urbanístico do bairro padece de duas falhas estruturais de planejamento:

1. **Monofuncionalidade do Zoneamento:** O bairro foi instituído sob parâmetros de zona exclusivamente residencial. A separação rígida entre as funções urbanas de habitação, comércio e serviços inviabiliza a diversificação econômica local e obriga os moradores a longos deslocamentos pendulares para satisfazer necessidades cotidianas de consumo e trabalho.
2. **Ausência Inicial de Equipamentos Urbanos Comunitários:** O complexo foi entregue às famílias sem a devida arborização urbana, espaços públicos qualificados de lazer ou equipamentos sociais integrados (escolas, creches e postos de saúde).

Essa desarticulação afeta de maneira marcadamente assimétrica a população feminina. Partindo das premissas teóricas do planejamento urbano feminista, as mulheres de baixa renda desempenham de forma centralizada o trabalho reprodutivo e de cuidado. Consequentemente, necessitam demandar os serviços públicos com maior frequência e capilaridade territorial que os homens. Conforme pontua Hoff (2015, p. 9):

“Considerando que as mulheres em situação de vulnerabilidade social, por desempenharem o trabalho doméstico, utilizam de forma mais intensa os serviços públicos (transporte coletivo, creches, escolas, praças, postos de saúde, etc.), e a infraestrutura urbana (iluminação pública, redes de saneamento, praças e parques, etc.), pode-se afirmar que estas mulheres são as mais afetadas pelo fenômeno da segregação urbana.”

A carência infraestrutural do Vista Bela impõe, portanto, um ônus de mobilidade às mulheres, cujas dinâmicas de deslocamento são caracterizadas por trajetos poligonais (casa-creche-trabalho-comércio-casa) e dependentes de um sistema de transporte público coletivo irregular e desconexo, exacerbando o quadro de vulnerabilidade socioespacial.

1.4 Diagnóstico empírico das dinâmicas cotidianas das moradoras do Conjunto Habitacional Vista Bela

Para superar o caráter abstrato da análise teórica, esta seção opera o resgate e o cruzamento analítico de dados coletados em pesquisas anteriores de campo aplicadas ao Residencial Vista Bela, com ênfase no estudo desenvolvido por Bernardes e Antonello (2019). As autoras realizaram entrevistas estruturadas com uma amostragem de 30 mulheres moradoras do bairro (com faixas etárias entre 21 e 67 anos), fornecendo dados quanti-qualitativos cruciais para diagnosticar o impacto da segregação do espaço na vida cotidiana feminina.

Os dados levantados indicam que o perfil socioeconômico predominante se caracteriza por famílias compostas por cerca de quatro integrantes, sob a chefia exclusiva de mulheres com renda familiar concentrada abaixo de três salários mínimos (Ayoub, 2019). A análise das entrevistas estruturadas revela uma realidade de tríplice opressão (classe, gênero e espaço), cujos principais reflexos são divididos em três categorias empíricas:

A) Inserção precária na esfera produtiva e invisibilização do cuidado

A inserção da mulher no mercado produtivo local é marcada pela informalidade e pela precarização. Do universo de 30 moradoras entrevistadas por Bernardes e Antonello (2019), apenas 5 relataram que a provisão financeira principal derivava exclusivamente de cônjuges masculinos, e somente 6 se autodeclararam estritamente "do lar". A esmagadora maioria atuava como principal ou coprovedora da renda doméstica. Contudo, dentre as mulheres ativas no mercado, 7 encontravam-se desempregadas, 5 exerciam ocupações informais de baixo retorno financeiro (diaristas, vendedoras autônomas) e apenas 8 possuíam vínculo formal regulado por carteira de trabalho.

Essa inserção periférica corrobora as formulações teóricas de Safioti (1979) e Perrot (1988), que posicionam a força de trabalho feminina nas franjas do sistema capitalista, caracterizada por baixos salários e baixa qualificação devido ao pressuposto social de que a

PENSAR FORA DO EIXO

atividade laboral feminina seria meramente "complementar" à renda do lar. Adicionalmente, o crescimento estatístico de famílias chefiadas por mulheres no país — que saltou de 22,9% em 1995 para 40,5% em 2015, segundo dados do IPEA (2022) — não foi acompanhado pela reestruturação do suporte público às atividades domésticas, mantendo a responsabilidade integral pelo cuidado e pela reprodução social sobre os ombros femininos.

B) Sobrecarga monoparental e assimetria na mobilidade

O diagnóstico de Bernardes e Antonello (2019) evidencia a solidão no cuidado da prole: das 26 crianças com direito legal à pensão alimentícia identificadas nas unidades familiares entrevistadas, apenas 8 recebiam o benefício e somente 3 mantinham contato afetivo regular com os pais biológicos. Essa sobrecarga monoparental tensiona diretamente a logística urbana das moradoras.

No que tange à mobilidade urbana, constatou-se uma assimetria de gênero no acesso aos meios de transporte privados: a ampla maioria dos indivíduos habilitados a dirigir no bairro era do sexo masculino (maridos ou filhos maiores), ao passo que a taxa de posse de automóveis particulares nas famílias era irrisória. O deslocamento cotidiano das mulheres é majoritariamente pedestre ou dependente de transporte público de baixa qualidade.

C) Impacto da segregação na rotina e a defasagem de equipamentos

Quando inquiridas sobre o impacto direto da mudança espacial para o Vista Bela em suas rotinas, 13 entrevistadas declararam categoricamente que a vida tornou-se consideravelmente mais difícil após a mudança de bairro, apontando a localização periférica como o principal fator deletério (Bernardes & Antonello, 2019). Um dado alarmante aponta que 4 mulheres foram forçadas a abandonar seus postos de trabalho; destas, duas justificaram a decisão diretamente pela impossibilidade de conciliar os horários laborais com a logística de transporte dos filhos para as creches, dada a ausência de vagas locais.

O déficit crônico de equipamentos públicos no período pós-inauguração é detalhado por Brambilla e Pierobon (2015). À época, a capacidade instalada de atendimento de creches no Residencial Vista Bela limitava-se a apenas 160 vagas para uma demanda expressivamente maior. Escolas de ensino fundamental e médio eram inexistentes no perímetro do bairro. Como paliativo para suprir a defasagem, a administração municipal implementou um sistema de transporte escolar

PENSAR FORA DO EIXO

terceirizado para deslocar cerca de mil crianças diariamente para estabelecimentos de ensino espalhados por outras regiões de Londrina. Embora essa medida mitigue o acesso à educação formal, ela transfere para as mães o ônus do monitoramento dessas longas viagens cotidianas, inviabilizando rotinas regulares de trabalho formal e enfraquecendo as redes comunitárias de apoio social mútuo.

Do ponto de vista conceitual, essa configuração espacial reflete o planejamento modernista-funcionalista criticado pela geografia feminista. Ao fragmentar a cidade em zonas puramente residenciais apartadas dos centros de comércio e serviços públicos, o desenho urbano materializa a divisão sexual do trabalho no território (Kergoat, 2003; Alves, 2013). Aprisionam-se as mulheres na periferia do espaço urbano e econômico (Silva, 2003 *apud* Helene, 2019).

2 DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE GÊNERO EM NÍVEL LOCAL

2.1 Proposta teórico-conceitual: o Centro Integrado "Mães e Filhos"

Com o propósito de responder à problemática empírica diagnosticada no Residencial Vista Bela, esta seção articula as bases para uma política pública setorial de gênero com foco no território. A proposta orienta-se pela superação da dicotomia espacial entre produção e reprodução social, utilizando o planejamento urbano como ferramenta de inclusão econômica e autonomia política. A política estrutura-se em torno do eixo estratégico de Acesso a Serviços e Equipamentos Públicos, desdobrando-se em matrizes de ações articuladas conforme detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 – Matriz estrutural da Política pública para o Residencial Vista Bela.

Eixo Estruturante: Política de Acesso a serviços e equipamentos públicos		
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Ação Programática Central
Mitigar os efeitos da segregação socioespacial por meio do	- Implantar equipamentos urbanos multifuncionais de proximidade; - Otimizar as estruturas institucionais	Equipamento público multifocal unificado combinando creche, escola básica, biblioteca

PENSAR FORA DO EIXO

provimento de infraestrutura urbana qualificada de suporte à esfera reprodutiva.	existentes; - Fomentar redes de sociabilidade e economia solidária feminina; - Fortalecer a representação política das mulheres nas decisões locais.	comunitária, lavanderia social e espaços de acolhimento de pré e pós-parto.
--	--	--

Fonte: Autoras, 2025.

A ação programática central assenta-se na ruptura conceitual com a dispersão de equipamentos públicos. Propõe-se a criação física de um complexo arquitetônico único e integrado. Ao congregar em um mesmo nó territorial os serviços de educação infantil (CMEI), ensino fundamental, biblioteca, lavanderia comunitária e assistência em saúde materno-infantil (maternagem, pré-natal e puerpério), reduz-se a necessidade de deslocamentos poligonais complexos pela cidade. Essa concentração espacial otimiza o tempo cotidiano das moradoras, diminuindo o estresse de mobilidade e liberando frações diárias de tempo para o auto investimento, capacitação ou inserção em postos formais de trabalho.

Considerando que as obrigações do cuidado recaem majoritariamente sobre as mulheres, é necessário que, para pensar sua inserção e presença na esfera produtiva, considere sua dupla jornada de trabalho no processo de planejamento urbano. Tais questões, evidentemente, não foram levadas em consideração no empreendimento do Residencial Vista Bela (Bernardes, Antonello, 2019).

Do ponto de vista simbólico e político, a implantação desse equipamento materializa a premissa de Holanda (*apud* Gonzaga, 2004, p. 197), segundo a qual a transferência da responsabilidade pelo cuidado infantil e doméstico para a esfera pública estatal retira o caráter puramente privado e biológico da maternidade, elevando-a à categoria de função social copartilhada pelo Estado. Isso garante às mulheres o suporte material necessário para o pleno gozo de seus direitos de cidadania, estudo e inserção política.

Como metas complementares integradas às dinâmicas do Centro, são instituídas diretrizes para:

- A otimização de espaços ociosos das estruturas escolares locais aos finais de

PENSAR FORA DO EIXO

semana e períodos noturnos, convertendo-os em polos de sociabilidade, cultura e lazer voltados à comunidade feminina.

- O incentivo a feiras permanentes de economia solidária no perímetro do Centro, servindo como incubadoras para a comercialização de produtos produzidos por artesãs e cozinheiras autônomas do próprio bairro.
- A articulação de oficinas de letramento político e dinâmicas de grupo feministas, visando ampliar a densidade demográfica e a representatividade de mulheres na Associação de Moradores do Vista Bela.

2.2 Mecanismo de operacionalização e engenharia institucional

A viabilidade material e a governança da política pública proposta para o Residencial Vista Bela exigem uma modelagem institucional que contemple o arranjo orçamentário e a gestão democrática do território, conforme preconizado pelas diretrizes gerais fixadas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001).

A primeira instância operacional assenta-se na gestão democrática e participativa. A modelagem do Centro Integrado não deve seguir um fluxo estritamente vertical (*top-down*). Para assegurar a eficácia social da infraestrutura, propõe-se a integração formal da União Municipal das Associações de Moradores de Londrina (UNIMOL) e da Associação de Amigos e Moradores do Conjunto Residencial Vista Bela (instituída em 2013) no conselho gestor deliberativo do projeto. Essa inserção garante que as demandas específicas de micro zoneamento e os horários de funcionamento dos serviços públicos respondam de forma fidedigna à realidade das trabalhadoras locais.

No âmbito administrativo e orçamentário, a operação do programa adota uma engenharia intersetorial de caráter transversal, dividida em dois eixos de competência do Executivo Municipal de Londrina:

Executivo Municipal de Londrina

- **Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM)**
(Coordenação Estratégica, Gestão do Espaço de Maternagem e Oficinas Políticas)
- **Secretaria Municipal de Educação (SME)**

PENSAR FORA DO EIXO

(Provisão Orçamentária, Gestão Pedagógica: Creche, Escola e Biblioteca)

A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) assumirá a liderança política e a coordenação estratégica da ação transversal. Competirá à pasta o financiamento e a execução dos módulos do Centro vinculados à saúde reprodutiva, pós-parto, acolhimento psicossocial e a facilitação das oficinas de capacitação laboral e letramento político.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) responderá pela dotação orçamentária de custeio e pessoal necessária ao funcionamento regular do aparato pedagógico (creche, pré-escola, ensino fundamental e biblioteca pública comunitária), integrando o complexo ao plano plurianual de expansão da rede escolar do município.

As fontes de financiamento deverão ser captadas de forma combinada, articulando dotações do orçamento municipal ordinário, repasses vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e emendas parlamentares voltadas à infraestrutura urbana comunitária em Habitação de Interesse Social (HIS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as conexões entre a produção segregada do espaço urbano e o agravamento das desigualdades de gênero nas políticas de habitação social no Brasil, tomando como recorte empírico as contradições intrínsecas ao Residencial Vista Bela em Londrina (PR). Ficou evidenciado que a concessão legal da titularidade imobiliária às mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida — embora constitua um avanço incontestável no campo dos direitos patrimoniais — revela-se insuficiente para a promoção da emancipação social se dissociada de um planejamento urbano inclusivo.

A análise documental e o cruzamento de dados secundários de pesquisas de campo demonstraram que a inserção periférica do empreendimento, combinada à monofuncionalidade do zoneamento e ao déficit crônico inicial de infraestrutura comunitária, impôs às moradoras barreiras geográficas severas. Esse isolamento territorial penaliza o contingente feminino ao exacerbar o ônus de mobilidade associado ao trabalho reprodutivo e de cuidado, perpetuando o quadro de feminização da pobreza e precarização laboral.

Como contribuição para o debate sobre o planejamento urbano sob a perspectiva de gênero,

PENSAR FORA DO EIXO

o trabalho apresentou diretrizes para a formulação de uma política pública local baseada no princípio da proximidade e da intersectorialidade. A proposição do Centro Integrado "Mães e Filhos" demonstra a viabilidade de utilizar o desenho arquitetônico e urbanístico multifuncional como suporte material para aliviar a jornada reprodutiva feminina.

Conclui-se que a superação das assimetrias socioterritoriais exige que as políticas habitacionais superem a métrica quantitativa de mera produção de unidades habitacionais isoladas. A garantia do direito à cidade para as mulheres chefes de família pressupõe a territorialização de serviços e infraestruturas públicas que democratizem o tempo cotidiano e subsidiem a autonomia feminina, pavimentando caminhos para a consolidação de cidades estruturalmente mais justas e igualitárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha Casa... e a Cidade?:** avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AYOUB, T. de A. A. **Programa Habitacional e a Gestão dos Illegalismos:** regularização fundiária e remoção em Londrina - Pr. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

BERNARDES, V. M. M.; ANTONELLO, I. T. Dinâmicas Femininas e Segregação Socioespacial: Reflexão a partir do Conjunto Habitacional Vista Bela – Londrina, Paraná. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 66-89, 2019.

BRAMBILLA, R. C.; PIEROBON, F. O direito social à moradia e sua necessária ligação a outros direitos sociais: análise do residencial Vista Bela em Londrina, Paraná. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, v. 18, n. 1, p. 25-43, 2015.

CAMPOS, M. de L. A Titularidade Feminina em Programas Habitacionais e a Construção da Cidadania: Uma Análise Sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). **Prelúdios**, Salvador, v. 8, n. 8, p. 35-60, jul./dez. 2019.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FARRET, L. (Org.). **O espaço da cidade:** contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.

PENSAR FORA DO EIXO

GONZAGA, T. O. **A cidade e a arquitetura também mulher**: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 2004. 338f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOFF, T. R. Mulher, segregação urbana e redes de sociabilidade: uma alternativa de (re)ação feminina? In: **VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html. Acesso em: 30 jun. 2026.

ITIKAWA, L. Mulheres na periferia do urbanismo: Informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LATENDRESSE, A. La ville: un espace investi par les femmes et le groupes de femmes? In: **4ème Congrès International des Recherches Féministes dans la Francophonie Plurielle**. Actes... Ottawa: Les éditions du remue-ménage, 2005.

OLIVEIRA, A. C. D. C. Agendas de Gênero nas Políticas Públicas no Brasil. **Revista Feminismos**, v. 5, n. 2-3, p. 41-54, mai./dez. 2017.

PERROT, M. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTORO, P. F. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Anais... Caxambu-MG: ABEP, 2008.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

TAVARES, R. B. **Indiferença à diferença**: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.



PENSAR FORA DO EIXO

VICENTIM, T. N.; KANASHIRO, M. Análise do comércio e dos serviços nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): estudo de caso do Residencial Vista Bela – Londrina, PR. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 227-250, out./dez. 2016.